



## **CONCORRÊNCIA BINACIONAL**

**EF 1075-24**

**SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DAS  
INSTALAÇÕES DA ÁREA INDUSTRIAL**

## **RELATÓRIO FINAL**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE  
RDE 081/2024, atualizada por RDE 087/2025

**CONCORRÊNCIA BINACIONAL  
EF 1075-24****SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ÁREA INDUSTRIAL****RELATÓRIO FINAL****1. INTRODUÇÃO**

- 1.1 Este Relatório foi elaborado em conformidade com o subitem 6.3.3 da Instrução de Procedimentos IP-14 e refere-se à Concorrência Binacional EF 1075-24, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza e manutenção das instalações da Área Industrial.

**2. DOCUMENTOS INTEGRANTES**

Anexo I	Requisição de Compras 10074329;
Anexo II	Extratos da Publicação do Edital em Jornais;
Anexo III	Ata da Sessão Pública de Recebimento dos Invólucros “A” e “B”;
Anexo IV	Ata de Análise e Julgamento e Classificação das Propostas Comerciais;
Anexo V	Ata de Análise e Julgamento da Documentação para a Habilitação;
Anexo VI	Proposta Comercial da Vencedora;
Anexo VII	Cartas de Divulgação do Resultado da Licitação;
Anexo VIII	Recurso Administrativo Interposto - OBRA PRIMA S.A.;
Anexo IX	Recurso Administrativo Interposto - PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.;
Anexo X	Recurso Administrativo Interposto - POTI S.A.;
Anexo XI	Cartas de Divulgação dos Recursos Administrativos Interpostos e Prazo para Contrarrazoar;
Anexo XII	Contrarrazões - SERVICIOS TECNICOS S.R.L.;
Anexo XIII	Planilhas e Documentos para Fins de Comprovação da Habilitação Técnica;
Anexo XIV	CRC - Empresa Declarada Vencedora.

**3. DOS PROCEDIMENTOS PRELIMINARES DA LICITAÇÃO**

- 3.1 Em 12.04.2024, a Superintendência de Manutenção (SM.DT) emitiu a Requisição de Compras 10074329 (Anexo I) para a aquisição do objeto desta licitação.
- 3.2 Em 30.07.2024, após a aprovação da Requisição pelas autoridades competentes, a Superintendência de Compras instaurou o processo EF 1075-24 na modalidade Concorrência, com abrangência de mercado binacional, e iniciou os trabalhos de

elaboração do Caderno de Bases e Condições (CBC).

3.3 Nos dias 20 e 21 de março de 2025, os editais da presente licitação foram publicados em jornais oficiais (Anexo II). No Brasil, a publicação ocorreu em 20 de março de 2025, no jornal Folha de São Paulo. No Paraguai, os editais foram publicados nos dias 20 e 21 de março de 2025, no jornal ABC.

3.4 No período de 20.03.2025 a 15.04.2025, foram publicados os Aditamentos 1 a 7 ao CBC.

## 4. DA LICITAÇÃO

### 4.1 Análise e Julgamento das Propostas Comerciais

4.1.1 Em 24.04.2025, conforme previsto no subitem 2.6.1 do CBC, a Comissão de Recepção da ITAIPU realizou a sessão pública da licitação para o recebimento e abertura dos invólucros, conforme registrado em ata própria emitida pela Superintendência de Compras (Anexo III).

4.1.2 Concomitantemente, nas dependências da ITAIPU, reuniram-se os integrantes da Comissão de Licitação e Negociação Permanente - CLNP, constituída na ocasião pela RDE-081/2024, de 02.05.2024, juntamente com os representantes da Área Requisitante, responsáveis pela análise e julgamento das propostas comerciais relativas à licitação em questão.

4.1.3 Em seguida, o Coordenador da CLNP recebeu da Comissão de Recepção a documentação com as propostas comerciais apresentadas. Após análise e verificações, devidamente registradas na Ata de Análise e Julgamento das Propostas Comerciais (Anexo IV), foi obtida a seguinte classificação:

CLAS.	EMPRESA	VALOR DA OFERTA (MOEDA DE ORIGEM)	CONVERSÃO (US\$)	(%) DIFERENÇA OFERTA / ORÇAMENTO (US\$) US\$ 3.865.153,59
1°	SERVICIOS TECNICOS S.R.L.	PYG 24.950.495.736	US\$ 3.116.704,30	(-) 19,36%
2°	POTI S.A.	PYG 27.815.333.616	US\$ 3.474.567,03	(-) 10,11%
3°	MARIELA CAROLINA MOLAS SAMUDIO	PYG 29.445.817.032	US\$ 3.678.239,72	(-) 4,84%
4°	LIMPIEZA INTEGRAL S.R.L.	PYG 31.817.778.300	US\$ 3.974.534,51	(+) 2,83%
5°	MIMBI S.A.	PYG 33.503.581.080	US\$ 4.185.117,45	(+) 8,28%
6°	PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.	BRL 27.911.914,56	US\$ 4.907.157,97	(+) 26,96%
7°	OBRA PRIMA S.A.	BRL 28.288.352,57	US\$ 4.973.339,06	(+) 28,67%

Taxa de Câmbio de 24.04.2025, onde 1 US\$ = R\$ 5,6880 e G. 8.005,41.

4.1.4 Após a avaliação efetuada, os representantes da Diretoria Técnica na CLNP, com o apoio dos representantes da Área Requisitante (SM.DT), concluíram que as ofertas apresentadas estavam em conformidade com os preços de mercado e aptas a serem classificadas.

4.1.5 Diante do exposto, a CLNP, após concluir os trabalhos de julgamento da proposta, conforme registrado na Ata de Julgamento da Proposta Comercial (Anexo IV), deliberou por declarar classificadas todas as propostas por atenderem as condições estabelecidas no CBC.

### 4.2 Julgamento da Documentação para a Habilitação

- 4.2.1** Em 24.04.2025, o Coordenador da Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP) recebeu da Comissão de Recepção os documentos de habilitação das proponentes classificadas na etapa de julgamento das propostas comerciais.
- 4.2.2** Após detida análise, em 30.04.2025, a equipe técnica requisitante concluiu os trabalhos emitindo parecer favorável à habilitação técnica das proponentes SERVICIOS TECNICOS S.R.L., MARIELA CAROLINA MOLAS SAMUDIO, LIMPIEZA INTEGRAL S.R.L., MIMBI S.A., PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., e OBRA PRIMA S.A., uma vez que a documentação apresentada atende integralmente às respectivas exigências do CBC.
- 4.2.3** Adicionalmente, a equipe técnica requisitante concluiu pela inabilitação técnica da proponente POTI S.A., tendo em vista que os documentos apresentados não comprovam o atendimento à exigência prevista no subitem 2.1.4 do Anexo II do CBC, uma vez que se referem a contratos de anos distintos e, em um dos casos, a atividade não corresponde aos serviços de limpeza.
- 4.2.4** A CLNP, em 06.05.2025, após finalizar os trabalhos de análise e julgamento da documentação para habilitação, concluiu por declarar habilitadas as proponentes SERVICIOS TECNICOS S.R.L., MARIELA CAROLINA MOLAS SAMUDIO, LIMPIEZA INTEGRAL S.R.L., MIMBI S.A., PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., e OBRA PRIMA S.A., e inabilitada a proponente POTI S.A., conforme registrado na Ata de Análise e Julgamento da Documentação para a Habilitação (Anexo V).
- 4.2.5** Ato seguido, conforme registrado na Ata de Análise e Julgamento da Documentação para a Habilitação (Anexo V), a CLNP declarou:
- **VENCEDORA:** a proponente **SERVICIOS TECNICOS S.R.L.** por ter apresentado a proposta de menor valor, estando abaixo do Orçamento Estimado por ITAIPU (Anexo IV do CBC) e tendo atendido integralmente aos requisitos estabelecidos no Caderno de Bases e Condições (CBC) deste processo licitatório pelo valor total de G. 24.950.495.736 (vinte e quatro bilhões, novecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e seis guaranis), equivalentes a US\$ 3.116.704,30 (três milhões, cento e dezesseis mil, setecentos e quatro dólares dos Estados Unidos da América e trinta centavos), conforme a taxa de câmbio vigente na data da Sessão Pública Inaugural (24.04.2025), na qual US\$ 1,00 = G. 8.005,41.
- 4.3 Divulgação do resultado e vista franqueada**
- 4.3.1** Em 09.05.2025, por meio das correspondências E/CO.DF/022178/25 e E/CO.DF/022148/25 (Anexo VII), a Superintendência de Compras divulgou o resultado da licitação para as empresas participantes.
- 4.3.2** Dentro do prazo recursal, foram apresentados recursos administrativos pelas proponentes OBRA PRIMA S.A., PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. e POTI S.A.
- 5. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**
- 5.1 Da interposição de recursos administrativos**
- 5.1.1** Em 12.05.2025, às 17:03h, a recorrente OBRA PRIMA S.A. apresentou, tempestivamente, as razões do recurso administrativo (Anexo VIII).
- 5.1.2** Em 14.05.2025, às 16:42h, a recorrente PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. apresentou, tempestivamente, as razões do recurso administrativo (Anexo IX).

- 5.1.3** Em 21.05.2025, às 15:10h, a recorrente POTI S.A. também apresentou, tempestivamente, as razões do recurso administrativo (Anexo X).
- 5.1.4** Em 23.05.2025, a Superintendência de Compras, por meio das correspondências E/CO.DF/026675/25 e E/CO.DF/026677/25 (Anexo XI), divulgou os recursos administrativos interpostos, a fim de que as demais participantes pudessem apresentar contrarrazões dentro do prazo, conforme previsto no subitem 2.10.3 do CBC e no item 9 do Anexo I - Calendário de Eventos - Aditamento 2.
- 5.1.5** Em 30.05.2025, às 08:58h, a empresa SERVICIOS TECNICOS S.R.L. apresentou, tempestivamente e em conformidade com as exigências, contrarrazões (Anexo XII) aos recursos administrativos interpostos pelas proponentes OBRA PRIMA S.A., PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. e POTI S.A.

## **5.2 Da admissibilidade do recurso administrativo e considerações gerais**

- 5.2.1** A CLNP avaliou que os recursos administrativos interpostos pelas recorrentes OBRA PRIMA S.A., PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. e POTI S.A., sob o aspecto da sua admissibilidade, reúnem os pressupostos recursais tanto objetivos (previsão legal, forma e tempestividade), quanto subjetivos (legitimidade e interesse recursal), o que autoriza conhecê-los.
- 5.2.2** Antes de adentrarmos na análise do mérito dos recursos, cumpre ratificar que a presente licitação é regida pela Norma Geral de Licitação (NGL) da ITAIPU, conforme disposto no subitem 1.2.2 do CBC, aplicando-se, no que couber, a legislação brasileira e/ou paraguaia pertinente, de acordo com a abrangência do certame, nos termos do Tratado celebrado entre o Brasil e o Paraguai em 26 de abril de 1973.
- 5.2.3** De acordo com a NGL, a licitação pública visa assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes. Nesse sentido, Hely Lopes Meireles entende que o edital (instrumento convocatório) é a lei do processo licitatório:

“O edital é a lei interna da licitação e “vincula inteiramente a Administração e os proponentes” (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 30a ed., SP: Malheiros, p. 283).”

- 5.2.4** Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, a essência da licitação está em equalizar o interesse público com o princípio da isonomia:

“[...] a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento. (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 20ª ed, São Paulo: Atlas, 2007, p. 62).”

- 5.2.5** De acordo com Marçal Justen Filho, a licitação não é um fim em si mesmo:

“[...] a licitação não é um fim em si mesmo, mas um instrumento apropriado para o atingimento de certas finalidades.” (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 17ª ed, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2016, pág. 90.)”

- 5.2.6** Segundo Joel de Menezes Niebuhr, um certo grau de subjetividade não viola o princípio da isonomia:

“Pretende-se que o julgamento das propostas corra por critério estritamente objetivo. No entanto, certo grau de subjetividade é inevitável e *per si* não viola o princípio da isonomia” (Joel de Menezes Niebuhr, O princípio da Isonomia nas

licitações públicas, Revista de Direito Administrativo & Constitucional, ano 1, número 3, Curitiba, 1999, pág. 155.)”

**5.2.7 Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o conteúdo e a finalidade prevalecem sobre a rigidez da forma:**

“O formalismo, no Direito Administrativo, deve ser compatível com a finalidade do ato. A forma não pode prevalecer sobre o conteúdo. (Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Direito Administrativo, 35ª edição, São Paulo, Editora Atlas, 2022, p. 112.)”

**5.3 Das considerações específicas (mérito) dos recursos administrativos**

**5.3.1 Do recurso interposto por OBRA PRIMA S.A.**

5.3.1.1 Ao analisar o recurso interposto pela recorrente OBRA PRIMA S.A., observa-se que, embora tenha sido enviado como texto direto em um correio eletrônico e sem indicar expressamente que se tratava de um recurso administrativo, a Comissão de Licitação (CLNP) considerou que o conteúdo evidenciava de forma inequívoca a intenção de recorrer e atendia ao seu propósito. Por isso, o recurso foi conhecido, com base no princípio de que a forma não deve se sobrepor ao conteúdo.

5.3.1.2 Ao analisar o mérito do recurso interposto, verifica-se que o ponto central da contestação refere-se à decisão que declarou habilitada a proponente SERVICIOS TECNICOS S.R.L. no certame. A recorrente sustenta que a documentação apresentada relativa à metragem quadrada executada não comprova o atendimento ao requisito previsto no subitem 1.1.4, alínea “a”, do Anexo II do CBC, que estabelece que o serviço deve ter sido executado em período não superior a 12 meses.

5.3.1.3 Ao analisar o conteúdo do recurso, verifica-se que a recorrente OBRA PRIMA S.A. pleiteia, em síntese, a realização de diligência em relação à proponente SERVICIOS TECNICOS S.R.L., para, se necessário, revisar o julgamento da fase de habilitação técnica dessa empresa, fundamentando seu pedido na seguinte alegação:

*“Com fulcro no item 1.1.4.1. do instrumento convocatório, gostaríamos de verificar a possibilidade de abertura de diligência com relação aos dois atestados apresentados pela empresa consagrada vencedora, uma vez que estes não apresentam a metragem quadrada executada no período não superior a 12 meses, conforme estipulado no item 1.1.4.a) do edital, é possível?”*

**5.3.2 Do recurso interposto pela PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.**

5.3.2.1 Dando continuidade à análise do mérito, verifica-se que o recurso interposto pela proponente PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. fundamenta-se, principalmente, no pedido de revisão da decisão que declarou vencedora a empresa SERVICIOS TECNICOS S.R.L., além da revogação da presente licitação, com vistas à publicação de um novo edital revisado. A intenção é sanar eventuais inconsistências apontadas no recurso, cujas principais alegações transcrevem-se a seguir, na íntegra, conforme apresentado pela recorrente:

(i) Em relação ao desequilíbrio no certame entre participantes brasileiras e paraquaias:

*“[...] o Edital não tratou de forma isonômica as possíveis concorrentes, uma vez que as Empresas do Paraguai possuem isenções tributárias, quais não são efetuadas no Brasil. Não estamos falando apenas dos impostos de PIS/COFINS,*

*qual a ITAIPU estendeu a isenção, mas dos impostos presentes nos insumos, veículos, materiais e equipamentos exigidos.”*

*“[...] as exigências trabalhistas do Brasil se diferem das exigências trabalhistas do Paraguai, e com a falta de parâmetros, as Empresas baseiam-se nas normas nacionais para levantamento de custos”*

*“Uma vez que os serviços serão realizados dentro da Itaipu, abrangendo os dois países, cada empresa deverá contratar o quadro efetivo respeitando as normas de seu país de origem, ou seja, uma Empresa Brasileira, irá se sujeitar as regras da Constituição Federal, CLT e Convenção Coletiva da categoria, em contrapartida, as empresas Paraguaiaias se sujeitarão as suas próprias regras.”*

*“[...] no Paraguai não existe a obrigatoriedade de pagamento dos Encargos de Terceiros (sistema S), já no Brasil, tais custos são obrigatórios.”*

*“O mesmo acontece com a incidência de FGTS (inexistente no Paraguai), INSS (percentuais diferentes do Brasil), férias e terço constitucional (1/3 não se aplica ao Paraguai), dentre outras obrigações que são inerentes ao Brasil.”*

*“Dessa forma existe um desequilíbrio na concorrência, uma vez que as Empresas Brasileiras tem em média 72% de Encargos Sociais obrigatórios, e as Empresas Paraguaiaias menos de 30%.”*

*“Uma vez que a ITAIPU é localizada no estado do Paraná e os serviços do Edital são de limpeza e conservação, as Empresas de asseio, inclusive as estabelecidas no Paraguai, se vinculam a Convenção Coletiva do Sindicato Siemaco, qual abrange o território contratado.”*

*“[...] somente as obrigações da Convenção Coletiva, equivalem a 68% do valor proposto pela Empresa Servicios Tecnicos SRL. Se considerarmos sob a massa salarial, o percentual de 8,33% equivalente ao 13° e 8,33% de férias (excluindo o terço constitucional), teremos o valor de R\$ 1.231.841,67, correspondente a U\$D 216.759,05. Portanto, a soma das cláusulas da convenção coletiva, mais férias e 13° totalizaria R\$ 13.208.561,81, ou U\$D 2.324.223,44, ou seja, passa a ser 75% do valor da licitante vencedora.”*

*“Também temos que considerar as cláusulas sociais da Itaipu, aquelas previstas na Cláusula 9 da minuta do contrato [...]”*

*“Tais cláusulas sociais totalizam R\$ 2.259.896,04, ou, U\$D 397.658,99, ou seja, somando cláusulas da convenção, férias, 13° e cláusulas sociais, temos o valor de R\$ 15.468.457,85, ou, U\$D 2.721.882,43, que corresponde a 87% do valor apresentado.”*

*“Levando em consideração a não isenção do ISSQN, conforme o item 1.3.1.2 do próprio edital, o valor passaria a ser R\$ 16.282.587,21, ou, U\$D 2.865.139,40, que equivale a 92% da proposta apresentada.”*

*“Tais obrigações até aqui relatadas, independem do país de origem da Empresa, são obrigações que não podem ser excluídas por nenhuma das participantes.”*

*“[...] temos a diferença de 8% entre a proposta apresentada e os custos obrigatórios para todas as licitantes. Com esses 8% a Empresa ora Vencedora deve arcar com os demais Encargos sociais (variáveis de acordo com o País), quais sejam, Previdência Social, SAT, Verbas Recisórias e Reposição de profissional ausente, deve arcar com os custos dos materiais e equipamentos,*



custos de veículos, custo de transportes, taxa administrativa, taxa de lucro, Técnico de Segurança do Trabalho, auxiliar administrativo, treinamentos, eventuais insalubridades e periculosidades, horas extras, sem contar a previsão de repactuação, visto que o reajuste de preços somente ocorre após 12 meses da data do contrato.”

“Estamos falando de uma diferença de U\$D 251.564,90 / R\$ 1.429.643,33, para 36 meses, ou seja, U\$D 6.987,91 / R\$ 39.712,31 mensais.”

“Se considerarmos apenas o custo mensal de materiais (exigidos no Termo de Referencia), temos um valor de R\$ 55.974,10 / U\$D 9.849,39, valor este que ultrapassa os 8% disponíveis para os demais custos.”

“[...] ao ser elaborado o Edital em apreço, deixou-se de observar as exigências de ambos os países, favorecendo apenas as Empresas do Paraguai. Ocorre que, quando falamos de serviços prestados no Brasil, as Empresas contratadas, independentemente da nacionalidade, devem submeter-se as regras do Brasil. Portanto, os serviços que serão prestados no Brasil deverão seguir as diretrizes existentes no país, principalmente as que se referem as esferas sociais e trabalhistas.”

(ii) Em relação ao preço abaixo de mercado pela oferta declarada vencedora:

“[...] a Recorrida não atendeu todos os requisitos do edital, estando seu preço, abaixo do valor de mercado.”

“[...] a empresa Servicios Tecnicos SRL apresentou apenas a planilha exemplificativa do Edital, na qual consta apenas os valores do M<sup>2</sup>. Muito embora a licitação se de por metragem, o Termo de Referencia traz exigências expressas sobre o quadro efetivo, inclusive com carga horaria e frequência. Frisa-se que o Edital estabelece o mínimo de 113 profissionais [...]”

“Além do efetivo exigido, o edital exige ainda o fornecimento de materiais e equipamentos, fornecimento de veículos, transporte dentro da Itaipu, uniformes, EPI, tratamento de pisos, além de hora extra, equipe de apoio e de higienização.”

“A proposta da Empresa Servicios Tecnicos SRL não está apenas inexecutável, está totalmente ilegal. Somente seria possível a redução do custo, mediante diminuição de profissionais (diminuição de no mínimo 40 profissionais). Além da recorrida não se vincular aos termos do Edital, não vinculou-se aos termos da norma trabalhista e convenção coletiva, de modo, que se aceita a proposta, os serviços não serão prestados com qualidade, bem como, a Itaipu concorrerá solidariamente em demandas trabalhistas, quais serão certas e inevitáveis.”

(iii) Em relação à falta de detalhamento do orçamento estimado e memória de cálculo:

“[...] os documentos que instruíram o processo licitatório carecem do orçamento estimado, de forma detalhada, não informa quais salários e benefícios foram utilizados para basear os valores, não traz informação do ano a que se refere o orçamento, nem mesmo, quais índices de encargos foram utilizados.”



*“[...] para que houvesse isonomia entre as licitantes, deveria a Itaipu, ter disponibilizado a memória de calculo utilizada para levantamento do orçamento, para que todas as licitantes pudessem concorrer de forma igualitária.”*

*“[...] para julgamento assertivo das propostas, as licitantes deveriam apresentar suas planilhas detalhadas, com informações de efetivos, salários e benefícios.”*

*“No presente processo não cabe apenas a desclassificação da primeira colocada, mas sim, a revogação do Edital, com levantamento dos valores de mercado para os serviços a serem prestados, bem como publicação de novo edital, com apresentação de planilha de custos e memória de calculo, exigência de atendimento das normas trabalhistas e afins.”*

*“Ressalta-se que no presente caso não estamos falando de meros erros formais, que não alteram a substancia da proposta, mas falta de custos obrigatórios que majoram a planilha de custo, deixando os valores inexequíveis.”*

- 5.3.2.2 A recorrente PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., em síntese, solicita a revogação da presente licitação, com o objetivo de que seja elaborado um novo edital baseado em um levantamento de preços atualizado e em conformidade com as normas legais e trabalhistas aplicáveis, de modo a evitar a quebra da isonomia entre os países participantes. Requer, em consequência disso, a reversão da decisão que declarou vencedora a proponente SERVICIOS TECNICOS S.R.L.

### 5.3.3 Do recurso interposto pela POTI S.A.

- 5.3.3.1 Dando continuidade à análise do mérito, verifica-se que o recurso interposto pela proponente **POTI S.A.** fundamenta-se, principalmente, no pedido de reversão da sua própria inabilitação e alteração da decisão que declarou vencedora a empresa SERVICIOS TECNICOS S.R.L. A intenção é sanar eventuais inconsistências apontadas no recurso, cujas principais alegações transcrevem-se a seguir na íntegra, conforme apresentado pela recorrente:

(i) Em relação à sua inabilitação:

*“En primer lugar abarcaremos el punto 2), nuestra inhabilitación; creemos que el juzgamiento realizado, no fue igualitario, no se evaluó la documentación presentada con el mismo criterio que con los demás oferentes; los motivos de nuestra inhabilitación de acuerdo a lo mencionado son: que no cumplimos con la Documentación para la Habilitación del sub-ítem 2.1.4 [...] ya que los contratos presentados no son del mismo año y uno de ellos no tiene como objeto servicios de limpieza.”*

*“Con la vista liberada de los documentos presentados por las empresas oferentes al analizar estas, nos hemos dado cuenta de varias inconsistencias de cómo se evaluaron las documentaciones, no objetaremos la habilitación o no de los otros oferentes, pero si necesitamos que nos aclaren varios puntos específicos.”*

(ii) Em relação ao cálculo do requisito de habilitação técnica aplicado para outras proponentes:

*“La mayoría de las empresas presentaron constancias plurianuales, lo que conlleva que la ejecución de los contratos abarcaba varios años y de igual forma fueron tenidas en cuenta.”*

*"Un ejemplo es el de la Empresa Planservice Terceirizacao de Servicios - EIRELI, presentó una sola constancia de prestación de servicios, con distintos años de ejecución, del Contrato con el Tribunal de Justicia Do Estado Do Paraná [...]"*

*"El área total de su contrato conforme a la constancia presentada con el detalle según planilla es de 100.800 m2 [...]"*

*"La empresa Planservice no fue inhabilitada, siendo que no llega a cumplir con los metros cuadrados requeridos, claramente se puede observar que no cumple con los 10.000.000 m2 ni siquiera realizando la suma de los años que se ejecutó el servicio."*

*"La empresa Servicios Técnicos S.R.L declarada vencedora, presentó dos constancias de servicio con la Itaipu Binacional, ambas son de 60 (sesenta meses) o sea 5 años de servicio, tampoco corresponde a 12 (doce) meses exclusivamente."*

*"Ambas constancias presentadas son por el servicio objeto del llamado de referencia: El Contrato N° 4500032958/2014 es del "Servicio de limpieza, conservación e higienización, incluyendo la provisión de materiales, y servicios de apoyo diversos para el mantenimiento de las instalaciones del Área Industrial de la Central Hidroeléctrica de Itaipu" y el Contrato N° 4500056374 es del llamado EF 1819-19 "Servicios de limpieza, conservación e higiene, incluyendo suministro de materiales y servicios de apoyo varios y mantenimiento de Áreas de la Central Hidroeléctrica de Itaipu"; siendo, que en el PBC actual en la planilla de precios como en la cantidad de metros cuadrados mensuales suman 2.447.745 m2, de igual forma que en la planilla de Localización de las Áreas a ser Limpiadas/Conservadas Dentro del Área Industrial MI/MD en la parte Área Mensual Equivalente, suma casi los mismos metros cuadrados, por lo que para habilitar la oferta de Servicios Técnicos S.R.L se tuvo que multiplicar esas dimensiones por 12 meses o 10 meses, de acuerdo con lo que calculó el CLNP, ya que en ambas constancias no se menciona la superficie."*

*"Ambos contratos son plurianuales, no mencionan metros cuadrados de superficie, lo que nos hace presumir que es aproximadamente la superficie del llamado actual, en este caso el CLNP tiene acceso a esta información, pero nosotros como oferentes no tenemos acceso a la misma."*

*"El punto 2.1.4 inciso a) expresa que el periodo no debe ser superior a 12 (doce) meses, con lo cual el contrato o contratos pueden tener una duración de 12 meses, en la sección Notas dice que se aceptará la suma de constancias o certificados para demostrar la cantidad mínima requerida en la letra "a", pero en ningún lado especifica que todas las constancias o contratos deben ser del mismo año, si esto fuera así, otras empresas oferentes deberían estar inhabilitadas; la pregunta es: Por qué con otras empresas aplican un criterio distinto de evaluación y POTI S.A. fue inhabilitada?"*

*"La empresa Limpieza Integral S.R.L presentó dos constancias de prestación de servicios, una del Contrato N° 4500059631/2019 con vigencia de los servicios desde 15/01/2021 por 36 (treinta y seis meses), del llamado: NE 1162-20 "Servicios de Limpieza y Servicios Diversos, con provisión de materiales y mano de obra, en las oficinas y predios de la Itaipu Margen Derecha Lote 2 Hernandarias, en ese llamado la planilla de precios del Lote N° 2 el cual les fue adjudicado suma en total entre Áreas Internas y Externas 1.210.650 metros cuadrados, por lo cual el CLNP también tuvo que haber multiplicado estas dimensiones por varios meses para cumplir con lo requerido en el punto 2.1.4*

*el contrato duró el 2021-2022 y 2023, la pregunta en este caso es si tuvieron o no ambas áreas o cómo sería?"*

*"En la otra constancia presentada por este oferente incluye varios contratos que no se encuentran en el portal de la Itaipu que son por la Ejecución Bajo el Régimen de Precio Unitario: Contrato 4500074013 con 6 (seis) meses de vigencia desde el 15/01/2024 - NA 2184-23 "Servicios de Limpieza y Servicios Diversos, con provisión de materiales y mano de obra, en las oficinas y predios de la Itaipu Margen Derecha, en Hernandarias, no se encuentra en el portal, pero al tener el mismo objeto creemos que debe tener las mismas dimensiones."*

*"Contrato 4500074454 con 5 (cinco) meses de vigencia desde el 24/01/2024 - NA 0094-24 [..]"*

*"Contrato 4500075819 con 37 (treinta y siete) días de vigencia desde el 24/06/2024 [..]"*

*"¿Por qué traemos todo esto a colación? Porque POTI presentó como los demás oferentes, constancias de contratos que fueran ejecutados en varios años, así como también multiplicó los metros cuadrados de cada contrato por 12 (doce) meses, aun en el caso que duraran más que este plazo; asimismo, para demostrar los metros cuadrados recurrimos a la web, o a otros llamados del Portal de la Dirección Nacional de Contrataciones Públicas en los que estén incluidos los m2 de los sitios en los que prestamos servicios, aunque eran un aproximado, nuestra oferta cumple con más del 10.000.000 m2, y el contrato que mencionan que no corresponde, no es un contrato, era parte del pliego de bases y condiciones del llamado de fumigación de Instituto de Previsión Social que demuestra la cantidades de metros cuadrados de ciertos sitios, y la última constancia presentada era el contrato de servicio de limpieza con el detalle del mismo, todos os contratos presentados fueron de limpieza integral."*

*"Otras empresas como Consermar de Mariela Carolina Molas Samudio y Mimbi S.R.L. presentaron contratos plurianuales, de limpieza, así como de jardinería y áreas verdes. El CLNP en ningún momento solicitó alguna diligencia ni aclaración, tampoco verificó la vigencia o la cantidad de meses de cada contrato."*

*"El caso de Consermar por ejemplo, presento una lista de servicios con sus constancias que desglosamos y agregamos información obtenida del portal publico de la DNCP [..]"*

*"Esta información puede ser corroborada en la web de la DNCP, pueden existir errores de tipeo o cálculo de plazos en algunos casos, pero hicimos este detalle para demostrar una vez más que todos os contratos presentados eran plurianuales y la duda es si el CLNP, realizó el cálculo por 12 (doce) meses por cada año, porque si se multiplican los metros cuadrados de los años o meses de cada contrato en específico, sin mezclar años, o contratos distintos, los cálculos no dan 10.000.000 m2, la pregunta es con este oferente como se llegó a esta superficie? Ya que el contrato de CSJ, que para Consermar de la suma de m2 7.657.000, sumando la planilla con los metros cuadrados presentados en su oferta suman en total 87.803,75 m2 en un contrato ejecutado en 2 años, también los contratos con más m2 no son de limpieza integra, industrial o conservación, son de Servicios de Mantenimiento de Áreas verdes."*

*"Por todo lo expuesto en este punto es sumamente importante para nosotros que la CLNP nos aclare todas las dudas e incluya en su juzgamiento un informe con el detalle de como realizó los cálculos para la habilitación de las demás*

*empresas, que tuvo en cuenta, plazo o periodo de tiempo, metros cuadrados, porque, no está del todo claro este punto, asimismo el porqué de nuestra inhabilitación luego de este análisis pormenorizado de todas las documentaciones presentadas por todos los oferentes."*

*"Creemos que nuestra oferta no fue evaluada en igualdad de condiciones, tampoco el CLNP nos solicitó alguna diligencia o aclaración, simplemente nos inhabilito y habilito a empresas que tuvieron que ser inhabilitadas."*

(iii) Em relação aos preços ofertados pela proponente SERVICIOS TECNICOS S.R.L.:

*"En segundo lugar, sobre la declaración de vencedor de la empresa Servicios Técnicos S.R.L, que se encuentra por debajo del 19,36% del precio estimado, consideramos que su precio es impracticable, teniendo en cuenta la envergadura del servicio, los costos de salario, impuestos, cargas sociales y laborales, las exigencias del PBC en cuanto a uniformes, traslados, insumos, bonos, vales de alimentación; teniendo en consideración el precio ofertado de Gs. 24.950,495.736, es ínfimo, frente a todas las obligaciones a cumplir al ejecutar el contrato, por lo cual solicitamos se pida un desglose con todos os costos para la ejecución de este contrato."*

5.3.3.2 A recorrente POTI S.A., em síntese, alega que sua inabilitação não foi correta por ter ocorrido um julgamento que não foi igualitário, por não ter sido utilizado o mesmo critério para os demais participantes no cumprimento da habilitação técnica, e ainda considera que o preço da empresa declarada vencedora é impraticável, requerendo a reversão das decisões realizadas pela CLNP.

**5.3.4 Das contrarrazões oferecidas pela proponente SERVICIOS TECNICOS S.R.L.**

5.3.4.1 A empresa **SERVICIOS TECNICOS S.R.L.** apresentou suas contrarrazões com o intuito de refutar as alegações constantes nos recursos interpostos pelas recorrentes OBRA PRIMA S.A., PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. e POTI S.A., nos seguintes termos:

(i) Em relação aos argumentos apresentados pela recorrente OBRA PRIMA S.A.:

*"Adjuntamos una planilla con la cantidad de metros cuadrados certificados mensualmente desde enero 2024 a diciembre 2024 y las actas de mediciones mensuales emitidas por el Área Gestora del contrato N° 4500056374/2019, datos que pueden corroborar con el área técnica de la Itaipu Binacional."*

(ii) Em relação aos argumentos apresentados pela recorrente PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.:

*"Nuestra empresa viene realizando este servicio hace más de 10 años (en tres contratos consecutivos) con la misma área gestora de la Itaipu Binacional, lo que nos ha permitido optimizar los precios, además de contar con todos os equipamientos, herramientas, vehículos y personales ya capacitados y entrenados para la de ejecución del mismo de manera siempre muy satisfactoria."*

*"A fin de tener un mejor panorama con relación al monto presentado en la licitación de referencia, elaboramos una planilla comparativa de todos los contratos anteriores ejecutados con la misma área de la Itaipu Binacional, en la cual se puede apreciar un sustancial aumento del monto del contrato considerando la significativa disminución en el tiempo de ejecución."*

*“Es importante recalca que nuestra empresa ha ejecutado todos los contratos anteriores de manera satisfactoria cumpliendo con todas las condiciones exigidas conforme se puede apreciar en los certificados de prestación de servicios expedido por la propia Itaipu Binacional los cuales se adjuntan a esta.”*

*“Nuestra empresa viene prestando el mismo servicio a la Itaipu Binacional, desde el año 2015 con un frondoso plantel de funcionarios con vasta experiencia en sus funciones demostrando eficiencia y eficacia en sus labores de manera a cumplir siempre a cabalidad todas las necesidades del contrato. Los mismos son conocedores de todas las áreas que forman parte del servicio de limpieza lo que nos permite administrar la cantidad exacta y la distribución correcta de los operarios de manera a cubrir ampliamente todos los sectores indicados en el contrato.”*

*“Como lo mencionamos más arriba, debido a esto, el área gestora de este contrato ha catalogado nuestro servicio como muy satisfactorio conforme se expresa en los certificados de servicio expedidos por dicha área los cuales se adjuntan.”*

(iii) *Em relação aos argumentos apresentados pela recorrente POTI S.A.:*

*“POTI S.A. [...] Creo que esto esta muy claro y lo que significa es que se deben ejecutar servicios de limpieza y conservación y como mínimo diez millones de m2 en un periodo no superior de 12 meses, no significa que el contrato deba ser exclusivamente de ese tiempo.”*

*“Adjuntamos una planilla con la cantidad de metros cuadrados certificados mensualmente desde enero 2024 a diciembre 2024 (12 meses) y las actas de mediciones mensuales emitidas por el Área Gestora del contrato N° 4500056374/2019, datos que pueden corroborar con el área técnica de la Itaipu Binacional.”*

*“Nuestra empresa viene realizando este servicio hace más de 10 años (en tres contratos consecutivos) con la misma área gestora de la Itaipu Binacional, lo que nos ha permitido optimizar los precios, además de contar con todos los equipamientos, herramientas, vehículos y personales ya capacitados y entrenados para la de ejecución del mismo de manera siempre muy satisfactoria.”*

*“A fin de tener un mejor panorama con relación al monto presentado en la licitación de referencia, elaboramos una planilla comparativa de todos los contratos anteriormente ejecutados con la misma área de la Itaipu Binacional, en la cual se puede apreciar un sustancial aumento del monto del contrato considerando la significativa disminución en el tiempo de ejecución.”*

*“Es importante recalcar que nuestra empresa ha ejecutado todos los contratos anteriores de manera satisfactoria cumpliendo con todas las condiciones exigidas conforme se puede apreciar en los certificados de prestación de servicios expedido por la propia Itaipu Binacional los cuales se adjunta a esta.”*

*“Por todo lo expuesto podemos concluir lo siguiente: 1) Tenemos más de 10 años realizando este mismo servicio para la misma contratante, por lo tanto, ninguna empresa puede conocer mas que la nuestra respecto a cantidades de personas, cantidades de insumos, uniformes, vales, movilización y todas las cargas sociales exigida por la Itaipu Binacional en todos los contratos, los cuales siempre se han cumplido a cabalidad.”*

*“2) Las cantidades de m2 exigidas para la habilitación técnica sobrepasa muy por encima de lo exigido para esta licitación.”*



*“3) El monto de este contrato es superior a los anteriores que se han cumplido muy a satisfacción del cliente considerando que el plazo establecido para este contrato es mucho mas corto que los contratos ya finalizados.”*

*“Por lo tanto, consideramos totalmente justa y correcta la decisión de la Itaipu Binacional de declarar vencedora a nuestra empresa.”*

### 5.3.5 Do posicionamento da Área Solicitante SM.DT:

5.3.5.1 Após o final do prazo para recebimento das eventuais contrarrazões, o Coordenador da CLNP solicitou aos profissionais técnicos especializados da Superintendência de Manutenção (SM.DT) da ITAIPU a análise dos recursos interpostos e das contrarrazões, com o objetivo de obter pareceres técnicos para subsidiar o julgamento.

5.3.5.2 Com base nos argumentos apresentados no recurso administrativo, a Área Solicitante discordou dos argumentos apresentados pela recorrente OBRA PRIMA S.A., considerando que:

- a) *“Quanto à habilitação da empresa SERVICIOS TECNICOS S.R.L., considerou-se o contrato n. 4500056374, que apresentava média anual de 28.100.000 m<sup>2</sup>. ”*
- b) *“Em suas contrarrazões, a empresa SERVICIOS TECNICOS S.R.L. demonstra claramente as quantidades executadas no âmbito do Contrato 4500056374”*

5.3.5.3 Com base nos argumentos apresentados no recurso administrativo, a Área Solicitante discordou dos argumentos apresentados pela recorrente PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., considerando que:

- a) *“Em relação ao tratamento supostamente desigual entre empresas brasileiras e paraguaias, entendemos que tal condição decorre das condições tributárias e de legislação aplicável a cada país, fato que escapa ao controle de ITAIPU, uma vez que o orçamento estimado foi elaborado com base na atual contratação vigente, com acréscimo percentual justamente para não se vincular à estrutura de custos de uma única empresa e para ampliar a disputa, com vistas a receber um serviço de qualidade compatível com as exigências da especificação técnica. Importante ressaltar que ITAIPU sempre buscará o melhor serviço, com o menor custo, sem concessão de qualquer tipo de privilégio para nenhum licitante.”*
- b) *“Sobre a exequibilidade dos preços, embora possam pairar questionamentos pertinentes, entendemos que a empresa classificada em 1º lugar ofertou valor 7% superior ao atualmente praticado.”*
- c) *“A breve memória de cálculo apresentada pela recorrente aborda custos de empresas brasileiras, logo, não possui aplicabilidade às empresas paraguaias.”*

5.3.5.4 Com base nos argumentos apresentados no recurso administrativo, a Área Solicitante discordou dos argumentos apresentados pela recorrente POTI S.A., considerando que:

- a) *“Em relação ao tratamento supostamente desigual para aferição da habilitação das empresas, tal argumento não merece prosperar, uma vez que todos os documentos tiveram vistas franqueadas aos licitantes.”*
- b) *“Em relação à licitante PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., importante destacar que os certificados apresentados e validados indicam a metragem diária de 100.800 m<sup>2</sup>, superando em muito a quantidade exigida, em doze meses.”*

- c) *“Quanto à habilitação da empresa SERVICIOS TECNICOS S.R.L., considerou-se o contrato n. 4500056374, que apresentava média anual de 28.100.000 m<sup>2</sup>. Em suas contrarrazões, a empresa SERVICIOS TECNICOS S.R.L. demonstra claramente as quantidades executadas no âmbito do Contrato 4500056374”*
- d) *“Quanto à habilitação da licitante LIMPIEZA INTEGRAL S.R.L., foi considerado o Contrato n. 4500059631, no qual a empresa executou 1.210.650 m<sup>2</sup> mensais, que totaliza 14.527.800 m<sup>2</sup> anuais. Sugere-se franquear vistas aos licitantes deste contrato.”*
- e) *“Para a licitante MARIELA CAROLINA MOLAS SAMUDIO, considerou-se o certificado da “Corte Suprema de Justicia contrato N° 02/2020”, o qual expressa uma média diária de limpeza em 43.295 m<sup>2</sup>, que totaliza 11.429.000 m<sup>2</sup> anuais, considerando 22 dias úteis por mês.”*
- f) *“Para a licitante MIMBI S.A., considerou-se o certificado do “Instituto Nacional del Câncer Contrato, 047/2022”, o qual expressa uma média de 78.000m<sup>2</sup> diária de limpeza, que totaliza 28.470.000m<sup>2</sup> anuais, considerando 365 dias, por se tratar de instituição hospitalar de funcionamento ininterrupto.”*
- g) Sobre os questionamentos apontados aos cálculos realizados para mensuração da habilitação técnica das proponentes, a Área Solicitante disponibilizou as tabelas de cada uma das aferições realizadas, para todas as proponentes, incluindo os arquivos dos contratos celebrados com a ITAIPU que foram apresentados, conforme documentação ampla indicada no Anexo XIII - Planilhas e Documentos para Fins de Comprovação da Habilitação Técnica.

#### **5.4 Da deliberação da CLNP**

##### **5.4.1 Referente ao procedimento:**

- a) A ITAIPU, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, garantindo segurança jurídica ao certame licitatório;
- b) É necessário observar estritamente as disposições constantes do CBC;
- c) Se for adotado qualquer procedimento em desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação;
- d) Os atos praticados pela CLNP se deram em estrita conformidade com os critérios previamente estabelecidos no CBC da Concorrência Binacional EF 1075-24, em especial os subitens 2.7 e 2.9;
- e) Conforme o subitem 1.2.2 do CBC a presente licitação é regida pela Norma Geral de Licitação (NGL) da ITAIPU, não se aplicando diretamente o disposto nas legislações brasileira e/ou paraguaia.

##### **5.4.2 Referente ao recurso administrativo interposto pela proponente OBRA PRIMA S.A.:**

- a) A análise e julgamento da habilitação das proponentes ocorreram em estrita conformidade com os subitens 2.7 e 2.9 do CBC;
- b) Os requisitos de habilitação constantes no Anexo II do CBC (Documentação para a Habilitação) foram integralmente atendidos pela proponente SERVICIOS



TECNICOS S.R.L., inclusive quanto ao item objeto de questionamento por parte da recorrente, previsto no subitem 2.1.4 do referido anexo;

- c) a proponente SERVICIOS TECNICOS S.R.L. cumpriu com o requisito demonstrando ter executado uma média anual de 28.100.000 m<sup>2</sup> de área, conforme verificado pela Área Requisitante (SM.DT) através do contrato 4500056374, celebrado com a ITAIPU Binacional.
- d) Para esclarecer detalhadamente os questionamentos apresentados, foram disponibilizadas no Anexo XIII - Planilhas e Documentos para Fins de Comprovação da Habilitação Técnica, as planilhas individuais de análise dos requisitos técnicos, acompanhadas das documentações internas da ITAIPU Binacional utilizadas no processo, corroborando a deliberação da CLNP relativa à habilitação técnica.

**5.4.3** A CLNP, após detida análise do recurso administrativo interposto, e considerando o parecer técnico emitido pela Área Solicitante, concluiu que o recurso administrativo interposto pela proponente OBRA PRIMA S.A. não merece provimento, uma vez que o julgamento da habilitação técnica ocorreu nos exatos termos dos subitens 2.7 e 2.9 do CBC, com base nos fundamentos expostos, respeitando os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da razoabilidade e da supremacia do interesse público, não se verificando motivos para a reforma da decisão.

**5.4.4 Referente ao recurso administrativo interposto pela proponente PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.:**

- a) A análise e o julgamento da habilitação das proponentes ocorreram nos exatos termos dos subitens 2.7 e 2.9 do CBC;
- b) Sobre a alegação de desequilíbrio no certame entre participantes brasileiras e paraguaias:
  - i) Embora não tenham sido apresentadas impugnações ou consultas sobre este tema nos prazos e fóruns apropriados, conforme previsto nos itens 1 e 3 do Calendário de Eventos - Anexo I do CBC - Aditamento 2, o tema contido no recurso interposto será devidamente analisado. Inicialmente, entretanto, é importante destacar que, diante da ausência de manifestações na fase adequada, o instrumento convocatório manteve as condições estabelecidas, as quais são vinculantes para todos os participantes da licitação. Ainda assim, considerando os questionamentos apresentados no recurso, cabe esclarecer que, embora a ITAIPU Binacional seja uma pessoa jurídica de direito público internacional, criada por Tratado celebrado entre o Brasil e o Paraguai no exercício de suas soberanias, essa condição não a exime do cumprimento da legislação interna de ambos os países signatários. O Artigo III do Estatuto da ITAIPU, constante do Anexo A do Tratado, prevê a aplicação de normas próprias, o que, contudo, não implica imunidade ampla ou automática em relação às legislações nacionais, especialmente no que se refere à matéria tributária.
  - ii) Para contextualizar o referencial normativo que envolve a presente questão, cumpre destacar que, nos termos do artigo XII do Tratado de Itaipu, promulgado pelo Decreto nº 72.707/1973, a ITAIPU, bem como as aquisições de bens, mercadorias e serviços por ela realizadas e destinadas à central elétrica, seus acessórios e obras complementares, não estão sujeitas à incidência de tributos, conforme a legislação vigente no país da contratada. No entanto, conforme entendimento consolidado pela própria ITAIPU e pela autoridade tributária municipal de Foz do Iguaçu/PR, os serviços de limpeza

não se enquadram como aquisições diretamente destinadas à central elétrica, seus acessórios ou obras complementares, sendo classificados como atividades de suporte operacional e manutenção predial. Dessa forma, para assegurar o cumprimento da legislação tributária vigente, a execução do objeto deste contrato, quando realizada por empresa brasileira, estará sujeita à incidência do ISSQN, nos termos do item 7, subitem 7.10 do Anexo I do Código Tributário do Município de Foz do Iguaçu (Lei Complementar nº 082/2003). Ressalta-se, ainda, que os demais tributos e encargos indiretos, bem como as obrigações trabalhistas e demais responsabilidades legais, deverão ser observados conforme a legislação aplicável na localidade de prestação dos serviços, seja por empresa brasileira ou paraguaia.

- iii) Esse entendimento respalda as condições indicadas no edital, e o julgamento se deu com base nas regras estabelecidas, em vinculação ao instrumento convocatório, conforme subitem 1.3.1.2 do CBC. Dessa forma, é necessário compatibilizar a imunidade tributária prevista no Tratado com as normas tributárias internas aplicáveis às empresas contratadas. O reconhecimento da imunidade não afasta a obrigação de terceiros, como prestadores de serviço, de cumprir com os tributos que incidem sobre suas atividades, conforme legislação local. Portanto, a exigência do ISSQN, se empresa brasileira, sobre o presente contrato não contraria o Tratado de ITAIPU, mas respeita a repartição de competências e obrigações fiscais previstas no ordenamento jurídico brasileiro.
  - iv) Por essa razão, a licitação prevê condições tributárias específicas diferenciadas para empresas brasileiras e paraguaias, respeitando as legislações fiscais vigentes em cada país. Tal medida visa garantir o cumprimento das obrigações tributárias locais, assegurando que as empresas contratadas estejam em conformidade com as normas aplicáveis, evitando conflitos entre a imunidade tributária da ITAIPU e os tributos incidentes sobre as atividades dos prestadores de serviço em seus respectivos territórios. Destaca-se que, nesta licitação binacional, o interesse público deve prevalecer, e, conforme o subitem 2.1 do CBC, a modalidade adotada é a de menor preço. Por esse motivo, as ofertas devem necessariamente contemplar as obrigações tributárias, trabalhistas e legais pertinentes à localidade da prestação dos serviços, e o resultado final da licitação leva em conta o atendimento integral a essas exigências.
  - v) Diante do exposto, a CLNP concluiu que não há desequilíbrio viciado no certame, pois o entendimento adotado respeita integralmente as regras legais e as bases e condições da licitação, por se tratar de um certame que permite a participação de proponentes paraguaias e brasileiras.
- c) Sobre a alegação de que a oferta declarada vencedora possui preço inexequível:
- i) Não procede a informação de inexequibilidade do preço ofertado pela empresa declarada vencedora, tendo em vista que a empresa classificada em primeiro lugar já presta os serviços objeto da licitação, demonstrando sua experiência e capacidade técnica para a execução do contrato com os preços indicados.
  - ii) O valor ofertado, embora 7% superior ao preço atualmente praticado, reflete a atualização dos custos e está em consonância com a realidade do mercado.
  - iii) Não foram identificados elementos que comprovem a inviabilidade econômica da proposta, e a análise criteriosa realizada pela comissão

julgadora considerou a compatibilidade do preço com as exigências do edital e a garantia da qualidade do serviço. Dessa forma, a alegação de preço inexequível não encontra respaldo nos autos e, por este entendimento, a recomendação é para que seja rejeitada.

**d) Sobre a alegação de que falta de detalhamento do orçamento estimado e memória de cálculo:**

- i) Em relação à alegação de falta de detalhamento do orçamento estimado e da memória de cálculo, esclarecemos que tal condição decorre das particularidades tributárias locais e da legislação aplicável a cada país, fatores que estão fora do controle da ITAIPU, conforme indicado amplamente na alínea “b”.
- ii) O orçamento estimado foi elaborado com base na contratação atualmente vigente, acrescido de um percentual justamente para não se vincular à estrutura de custos de uma única empresa, ampliando a competitividade do certame, independente se for brasileira ou paraguaia. Essa abordagem visa garantir a obtenção de um serviço compatível com as exigências das especificações técnicas, buscando o menor custo.
- iii) A CLNP analisou detalhadamente as alegações apresentadas e concluiu que não há motivo ou fundamento para comprometer o certame em razão do orçamento estimado elaborado pela ITAIPU que não segue uma memória de cálculo baseada em uma única hipótese de localidade de fornecedor. Assim, a alegação não procede e o entendimento é pela sua rejeição, mantendo-se o processo licitatório válido e regular conforme conduzido.

**5.4.5** A CLNP, após detida análise do recurso administrativo interposto, tendo em vista o parecer técnico emitido pela Área Solicitante, concluiu que o recurso administrativo interposto pela proponente PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. não merece provimento, uma vez que o julgamento se deu nos exatos termos dos subitens 2.7 e 2.9 do CBC, e que o orçamento estimado é condizente com as características do objeto e do certame, não havendo presença de elementos que indiquem inexequibilidade da oferta declarada vencedora, ou ainda vícios de ordem tributária, de acordo com os fundamentos expostos, e observados os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da razoabilidade e da supremacia do interesse público, não havendo motivo para a reforma da decisão, acrescidos ainda os esclarecimentos indicados.

**5.4.6 Referente ao recurso administrativo interposto pela proponente POTI S.A.:**

- a) A análise e o julgamento da habilitação das proponentes ocorreram nos exatos termos dos subitens 2.7 e 2.9 do CBC;
- b) Em relação à sua inabilitação: Para esclarecer detalhadamente os questionamentos apresentados, foram disponibilizadas no Anexo XIII - Planilhas e Documentos para Fins de Comprovação da Habilitação Técnica, as planilhas individuais de análise dos requisitos técnicos, acompanhadas das documentações internas da ITAIPU Binacional utilizadas no processo, corroborando a deliberação da CLNP relativa à habilitação técnica.
  - i) No que se refere ao requisito de habilitação técnica, que exige a comprovação da execução de *serviços de limpeza e conservação de edificação comercial e/ou industrial em no mínimo 10.000.000 m<sup>2</sup> (dez milhões de metros quadrados), em um período não superior a 12 (doze) meses*, conforme exigência prevista na Documentação para a Habilitação

(Anexo II do CBC), verificamos que a recorrente interpretou que a área de cada local atendido deveria ser multiplicada por 12 (doze), correspondente ao número de meses do período anual.

- ii) Contudo, é importante esclarecer que o CBC não especificava metodologia única ou obrigatória de cálculo para aferição do requisito técnico. Dessa forma, foi adotado um critério interpretativo mais abrangente, considerando a soma das áreas efetivamente atendidas, com base na premissa de que os serviços de limpeza foram realizados em todos os dias úteis do período de contratação. Assim, levou-se em conta a frequência e a continuidade da prestação dos serviços ao longo dos 12 (doze) meses, respeitando a lógica do volume total de área limpa, independentemente de multiplicações fixas por períodos mensais, para cada uma das comprovações aptas apresentadas.

- c) Em relação aos preços ofertados pela proponente SERVICIOS TECNICOS S.R.L.:  
Conforme já mencionado, a alegação de inexecutabilidade do preço ofertado pela empresa vencedora não se sustenta, pois a mesma já presta os serviços licitados, demonstrando experiência e capacidade técnica compatíveis com os valores propostos, que, embora 7% superiores ao atualmente praticado, refletem a atualização dos custos e estão em conformidade com o mercado

**5.4.7** A CLNP, após detida análise do recurso administrativo interposto e com base no parecer técnico emitido pela Área Solicitante, concluiu que o recurso apresentado pela proponente POTI S.A. não merece provimento. O julgamento foi realizado em estrita conformidade com os subitens 2.7 e 2.9 do CBC, observando o princípio da igualdade de critérios previstos no instrumento convocatório e aplicados de forma isonômica a todas as proponentes. Além disso, não foram identificados elementos que caracterizem a inexecutabilidade da proposta vencedora, tampouco fundamentos que justifiquem a reforma da decisão, conforme os esclarecimentos apresentados.

**5.4.8 Referente às contrarrazões oferecidas pela proponente SERVICIOS TECNICOS S.R.L.:**

- a) Em relação aos argumentos apresentados pela recorrente OBRA PRIMA S.A.:

A CLNP avaliou e considerou como válidas as seguintes informações registradas:

1. Apresentou a argumentação de que os trabalhos executados estão acompanhados das respectivas atas de medição emitidas pela área gestora da ITAIPU Binacional, com a indicação correspondente do cumprimento em 12 (doze) meses para o requisito de habilitação técnica.
2. Indicou que tais documentos podem ser confirmados tecnicamente junto à própria área responsável do contrato 4500056374.

- b) Em relação aos argumentos apresentados pela recorrente PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.:

A CLNP avaliou e considerou como válidas as seguintes informações registradas:

1. Afirma prestar o serviço há mais de 10 anos de forma contínua, em três contratos sucessivos com a mesma área da ITAIPU, o que possibilitou otimização de preços e estrutura consolidada (equipamentos, veículos, equipe treinada).
2. Apresentou uma planilha comparativa com contratos anteriores, destacando

que houve aumento do valor contratual, apesar de uma redução no tempo de execução.

3. Destaca que sempre cumpriu todas as exigências contratuais, conforme certificados de prestação de serviços expedidos pela própria ITAIPU.
4. Ressalta ter equipe experiente e familiarizada com todas as áreas de execução dos serviços, permitindo distribuição eficiente dos trabalhadores.

c) Em relação aos argumentos apresentados pela recorrente POTI S.A.:

A CLNP avaliou e considerou como válidas as seguintes informações registradas:

1. Argumenta que o edital exige a execução de no mínimo 10 milhões de m<sup>2</sup> em até 12 meses, mas não exige que o contrato tenha necessariamente esse prazo.
2. Apresentou planilha com os m<sup>2</sup> certificados mensalmente entre janeiro e dezembro de 2024 e atas de medição do contrato 4500056374, com possibilidade de confirmação pela área técnica da ITAIPU.
3. Destaca atuação de mais de 10 anos com a mesma área gestora, o que trouxe eficiência operacional e otimização de custos.
4. Apresentou comparativo com contratos anteriores, destacando que o valor atual é mais alto, mesmo com prazo de execução mais curto.
5. Alega pleno cumprimento contratual anterior com base em certificados de desempenho da própria ITAIPU.

**5.4.9 Decisão da CLNP:**

**5.4.10** Registra-se que não houve alteração da decisão da CLNP, que concluiu por declarar VENCEDORA a proponente **SERVICIOS TECNICOS S.R.L.**, por apresentar a proposta de menor valor, estar abaixo do orçamento estimado por ITAIPU e ter cumprido integralmente os requisitos exigidos no CBC deste processo licitatório.

**6. CONCLUSÃO**

**6.1** A Comissão de Licitação e Negociação Permanente, constituída pela RDE-081/2024 de 02.05.2024 e atualizada pela RDE-087/2025 de 30.04.2025, em cumprimento ao disposto no artigo 31, parágrafo 1º da Norma Geral de Licitação - NGL, e no subitem 6.3.1 da Instrução de Procedimentos IP-14, após finalizar os trabalhos de apreciação dos recursos administrativos interpostos pelas empresas OBRA PRIMA S.A., PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. e POTI S.A., recomenda:

- Conhecer os recursos administrativos interpostos pelas proponentes OBRA PRIMA S.A., PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. e POTI S.A. e, no mérito, negar-lhes provimento por serem improcedentes, com base nos motivos e fundamentos expostos no Relatório Final, de 12.06.2025;
- HOMOLOGAR o procedimento da Concorrência Binacional EF 1075-24, destinada à contratação de serviços de limpeza e manutenção das instalações da Área Industrial, observadas as seguintes condições:

➤ **adjudicatária: SERVICIOS TECNICOS S.R.L.;**

- **prazo de vigência:** 36 (trinta e seis) meses contados a partir da data estabelecida na Ordem de Início de Serviços a ser emitida pela ITAIPU, após a assinatura do Contrato; e
- **valor total da contratação:** G. 24.950.495.736 (vinte e quatro bilhões, novecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e seis guaranis), equivalentes a US\$ 3.116.704,30 (três milhões, cento e dezesseis mil, setecentos e quatro dólares dos Estados Unidos da América e trinta centavos), conforme a taxa de câmbio vigente na data da Sessão Pública Inaugural (24.04.2025), na qual US\$ 1,00 = G. 8.005,41.

Usina Hidrelétrica de Itaipu, 12 de junho de 2025.

**OMAR PEREIRA SEDOSKI**

Representante TE

*Aprovado via Correio Eletrônico em 13.06.2025*

**RODRIGO SEBASTIÁN PIATTI IBARRA**

Representante TD

*Aprovado via Correio Eletrônico em 17.06.2025*

**ERIKA YUMI SATO**

Representante JD

*Aprovado via Correio Eletrônico em 13.06.2025*

**RODRIGO ARIEL APONTE FOIS**

Representante JE

*Aprovado via Correio Eletrônico em 13.06.2025*

**FÁBIO NEVES CIBULSKI**

Representante FE - Coordenador

*Aprovado via Correio Eletrônico em 18.06.2025*

**ARTURO MARTÍN ARCE SITJAR**

Representante FD

*Aprovado via Correio Eletrônico em 18.06.2025*